

ALTERNATIVA POR BRAGA - PROGRAMA ELEITORAL

Braga é uma cidade com um potencial enorme, pelas suas gentes, pelas suas instituições, pela sua localização. No entanto, não tem concretizado esse potencial. O mundo evolui e apresenta novos desafios. Vemos outras cidades dar resposta aos seus problemas, acompanhando o mundo e evoluindo. Os bracarenses querem acompanhar os tempos, enfrentar os seus problemas, manter o seu património, dar resposta aos cidadãos mais desprotegidos, aos mais reivindicativos, aos mais exigentes, aos mais carentes, aos mais visionários.

A candidatura “Alternativa por Braga”, do partido Nós, Cidadãos!, é por demais pertinente no ano de 2017, expressão da cidadania que quer vencer a inércia perante os desafios do presente e resolver os erros do passado. Assim, apresentamos os principais eixos da nossa candidatura, que entendemos serem essenciais para rumarmos a uma Braga digna das expectativas dos seus Cidadãos:

1. MOBILIDADE

Mobilidade urbana é o resultado da interação das deslocações de pessoas e bens entre si e com a própria cidade. Temos como ambição um conjunto de políticas de transporte e circulação que visam proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano e suburbano, através da priorização dos modos de transporte coletivo e não motorizados de maneira efetiva, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável.

É preciso reduzir o custo económico e social da mobilidade. Não é correcto que, para poder trabalhar, se tenha que custear um automóvel por falta de alternativas viáveis.

Propomos:

- Redefinição do Triângulo da Mobilidade, adoptando a seguinte prioridade:
 1. Trânsito pedonal;
 2. Transportes públicos;
 3. Outros modos suaves (nomeadamente, a bicicleta);
 4. Trânsito automóvel.
- De acordo com o novo Triângulo da Mobilidade, definir uma política de mobilidade urbana para a cidade de Braga, em cumprimento da Lei das Acessibilidades, em coordenação com a política de adaptação às alterações climáticas (ver eixo “Ambiente”) e das melhores práticas de concepção técnica, que irá nortear todas as futuras intervenções viárias no concelho:
 - Definir tecnicamente os perfis viários de todos os novos arruamentos, conforme as características pretendidas;
 - Estudo de todas as artérias existentes e classificação conforme as suas características actuais (vias coletoras, vias de distribuição principais, vias de distribuição locais, vias de acesso local);
 - Delinear plano de adaptação faseada da situação actual para a situação pretendida, bem como a calendarização e orçamentação dessa alteração.
- Criar um programa de revisão das vias de circulação pedonal (passeios):

- Corrigir as não conformidades à Lei das Acessibilidades e facilitar a deslocação pedonal a toda a população bracarense, independentemente das suas limitações de mobilidade;
- Eliminar as passagens pedonais aéreas, ilegais perante a Lei das Acessibilidades e favorecer as passagens pedonais de nível, de acordo com as melhores práticas;
- Ter em conta as recomendações e melhores práticas para a circulação dos cidadãos cegos ou amblíopes;
- Definir o “passeio tipo”, de modo que todos os passeios novos e todas as intervenções passem a ser normalizados em toda a cidade.
- Reformular o funcionamento dos Transportes Urbanos de Braga (TUB), de modo a permitir a deslocação da maior quantidade possível de origens para a maior quantidade possível de destinos, com rapidez, conforto e eficiência, constituindo alternativa económica ao automóvel, que deixará de ser um encargo obrigatório para muitos bracarenses:
 - Ligação directa entre os extremos do concelho, via cidade de Braga (Ex: Palmeira - Braga - Escudeiros);
 - Vários destinos para cada origem, permitindo aos utentes ligações directas a múltiplos destinos, via o centro da cidade de Braga, com determinada frequência (Ex: 8:00 Palmeira-Centro-Escudeiros, 8:20 Palmeira-Centro-Pedralva, 8:40 Palmeira-Centro-Cunha, repetição) - A sobreposição de todas as linhas permite ao utente deslocar-se em todo o concelho com o mínimo de transbordos;
 - Reposicionamento das paragens de acordo com estudo racional, de modo a diminuir o tempo de viagem ao mesmo tempo que se assegurará que a distância de deslocação de aglomerados habitacionais ou empresariais até às paragens é adequada;
 - Em todos os pontos, afixação de informação multilingue e compreensiva para a utilização por qualquer utente, incluindo amblíopes;
 - Definição de horário de passagem do autocarro em cada paragem: o utente tem que contar com a hora a que o autocarro passa na sua paragem de origem e de destino;
 - Fim da figura do “Agente Único” nos autocarros. O motorista será exclusivamente responsável pela condução do autocarro e cumprimento dos horários;
 - Reforço da brigada de fiscalização dos títulos de transporte;
 - Fim da venda de títulos de transporte dentro dos autocarros;
 - Títulos de transporte passarão a poder ser adquiridos em qualquer estabelecimento comercial ou máquina Multibanco;
 - Novas modalidades de título de transporte, desde bilhetes de 1 dia a bilhetes de 1 semana;
 - Fim do sistema de coroas, de modo a promover a utilização pelos utentes mais longínquos;

- Articular os TUB com os transportes dos concelhos vizinhos, fazendo coincidir as paragens terminais;
- Reforço das linhas noturnas, com horário de funcionamento alargado, em determinados dias de grande afluência aos estabelecimentos de diversão noturna;
- Modernizar, faseadamente, a frota dos TUB com o objectivo de ser totalmente acessível, nomeadamente por pessoas ambliopesambliopes ou de mobilidade condicionada;
- Criar corredores BUS sempre que possível.
- Criar condições que favoreçam a circulação segura para os modos suaves, nomeadamente a bicicleta:
 - Criar ciclovias, tirando proveito das características de relevo da cidade e adoptando os trajectos mais eficientes;
 - Eixo Ferreiros-Fojo (Oeste-Este);
 - Eixo Areal de Baixo-Espadanido (Norte-Sul);
 - Eixo Maximinos-Areal de Baixo (Sudoeste-Nordeste);
 - Eixo Lamações-Gualtar (Sul-Norte).
 - Induzir acalmia do tráfego na restante cidade, via sistemas de limitação de velocidade, quer passivos quer ativos;
 - Criar excepções nos sentidos proibidos, para as bicicletas, em ruas que o possibilitem, criando percursos legais mais curtos;
 - Adoptar um sistema urbano de bicicletas partilhadas, sendo parte da frota com motor elétrico auxiliar (para quem pretenda deslocação nas vias mais inclinadas);
 - Criar zonas de estacionamento para bicicletas em resposta às necessidades dos utentes;
- Reformular a maneira como o trânsito automóvel é regulado, de maneira a reduzir a sinistralidade, as distâncias de deslocação, a poluição, criando espaço para os outros modos de mobilidade:
 - Adoptar circulação nos dois sentidos sempre que possível, de maneira a reduzir as distâncias dentro da cidade e, conseqüentemente, a poluição e os encargos com combustível e desgaste desnecessário;
 - Reduzir o limite de velocidade de circulação automóvel em zonas residenciais, proximidade de escolas e sempre que as características das vias assim o recomendem, para 30km/h ou velocidade adequada;
 - Repor cruzamentos que já existiram, ligando as ruas interrompidas (Ruas D. Pedro V e Nova de Santa Cruz, Monsenhor Airosa e S. Geraldo, Bernardo Sequeira);
 - Adotar sistema de gestão centralizada e inteligente dos semáforos da cidade, gerindo os mesmo pelas necessidades do trânsito;
 - Introduzir métodos de controlo permanente da velocidade individual de circulação automóvel;

- Reforçar a importância da cintura rodoviária externa da cidade e a urgência na sua conclusão, de modo a retirar trânsito de passagem à cidade;
- Combater o estacionamento abusivo, que prejudica a utilização dos passeios ou ciclovias:
 - Instalação de guias nos estacionamentos de topo para impedir que os automóveis ocupem e reduzam parte do passeio com as suas frentes;
 - Instalação de guardas em zonas chave para impedir a ocupação de espaço de circulação pedonal ou modos suaves;
 - Reforço da fiscalização por parte da Polícia Municipal, em articulação com a PSP.
- Regular e fiscalizar, eficazmente, a circulação de veículos no Centro Histórico, zonas pedonais ou de coexistência.

2. AMBIENTE

É inequívoca a importância do meio ambiente, realçada nas últimas décadas pela crise ecológica tem atingido a humanidade e se têm acentuado ano após ano, sendo a sua face mais visível as alterações climáticas.

A defesa dos cada vez mais escassos recursos hídricos, tanto na sua essência, como a sua preservação na esfera pública a salvo de interesses económicos que não têm qualquer consideração pelo bem comum, é vital. Temos sempre presente o exemplo negativo do concelho vizinho de Barcelos.

O controlo humano da população vadia de animais, em defesa da saúde pública mas também da dignidade animal, é não só uma necessidade que não pode ser descurada mas, também, um imperativo legal.

O tratamento e valorização do lixo é também de uma importância difícil de quantificar para o bem estar das populações, a par de um sector económico em ascensão. Sendo o interesse económico do lixo função da sua produção, que se pretende reduzir, acreditamos que deve ser subordinado ao interesse público e, portanto, ser também mantido na esfera municipal.

A adaptação da cidade aos fenómenos climáticos extremos, de maneira a proteger os cidadãos dos seus efeitos nefastos, é um trabalho a prazo mas que tarda em arrancar, sendo cada vez mais urgente.

Por fim, o ambiente, a saúde pública, o lazer das famílias são conceitos indissociáveis, pelo que uma preocupação fulcral de todo o bom gestor público.

Propomos:

- Remunicipalizar a Agere, devolvendo aos bracarenses a exploração e distribuição da água, uma actividade monopolista imprescindível ao bom funcionamento da sociedade e à vida, sem a obrigação de pagar dividendos absurdos a empresas privadas ao mesmo tempo que também a ganham em todos os actos normais de gestão da empresa;
- Medidas eficazes e dignas para o controlo da população animal vadia:
 - Campanhas de Captura – Esterilização - Devolução (CED) para os animais de rua, a partir da atuação das entidades, coordenadas pela Câmara Municipal: Associações/cidadãos (as quais sinalizam colónias), Agere (captura e devolução dos animais), Clínicas Veterinárias (que aceitem estabelecer protocolo).

- Esterilização dos animais para adoção.
- Medidas que facilitem o acesso à esterilização de animais de estimação (cães e gatos) de pessoas carenciadas.
- Acções de sensibilização nas escolas, consciencializando os mais jovens quanto a igualdade no direito a vida, a dignidade em relação aos animais e responsabilidade que a sua posse implica, incluindo visitas ao canil municipal.
- O reconhecimento da figura do animal comunitário (tratado e acarinhado por uma comunidade de pessoas).
- Criação de mecanismos para intervenção em casos de emergência que envolvam animais (ambulância animal, 24 horas por dia, com equipa formada e com protocolo com clínicas privadas).
- Construção de pequenos abrigos onde existam colónias de gatos abrangidas pelo programa CED, em que os animais sejam alimentados de forma organizada e higiénica pela comunidade (segundo o exemplo da Aldeia dos Gatos em Sintra), permitindo também a fácil recolha, esterilização e devolução, dos mesmos.
- Elegibilidade das propostas pertinentes para o Orçamento Participativo.
- Sistema eficaz de controlo de identificação dos animais.
- Mudar o paradigma na recolha e tratamento do lixo, adoptando práticas para reduzir a sua produção no município, aumentar o rácio de reciclagem, manter a cidade limpa, recompensar a colaboração dos bracarenses na factura dos serviços:
 - Rejeitar liminarmente o encargo, oneroso, de depósitos enterrados de Resíduos Sólidos Urbanos;
 - Tornar obrigatória a separação dos lixos pelos utentes, de modo a aumentar o rácio de reciclagem e incorporar esse acréscimo de lucro na redução dos custos dos utentes;
 - Pagar a recolha e tratamento do lixo através de tarifas pré-pagas em cada saco do lixo, recompensando quem produz menos;
 - Normalizar os sacos de lixo, adoptando sacos adequados e resistentes, diminuindo cheiros e derrames;
 - Disponibilizar os sacos normalizados para venda em todas as superfícies comerciais;
 - Exercer a fiscalização de forma eficiente e eficaz, reforçando a brigada de fiscalização;
 - Promover a compostagem do lixo orgânico, retirando-o do volume destinado ao aterro sanitário:
 - Efectuar campanhas de informação e sensibilização para a compostagem;
 - Distribuir caixas de compostagem por quem pretenda aderir à produção da compostagem, de modo a reduzir a sua despesa da recolha do lixo;
 - Criar centros de compostagem para recolha, tratamento e valorização do lixo orgânico e composto produzido nos domicílios.

- Atualização da Braval, efetuando os estudos e os passos necessários em direcção a um horizonte de redução da utilização do aterro sanitário, aumentando a receita por valorização dos resíduos e devolvendo valor ao cidadão que trabalha e colabora com um ambiente sustentável:
 - Alargamento do leque de resíduos valorizáveis;
 - Construção de mais estações de tratamento e valorização de resíduos, associadas a centrais de valorização energética dos resíduos, de modo a reduzir custos com transporte e aumentar proveitos;
 - Modernização de equipamentos;
 - Criação de um sistema de recolha e tratamento de resíduos químicos.
- Criar um programa municipal de combate ao plástico, que promova:
 - A eliminação do plástico nas embalagens e no dia a dia do município;
 - A criação e ampliação de zonas de venda a granel, nas superfícies comerciais;
 - A sensibilização das populações para as consequências nefastas do plástico e a importância da redução do seu consumo.
- Passar o serviço de varredura de ruas para as Juntas de Freguesia, para garantir uma cidade mais limpa e salubre:
 - Contratar funcionários suficientes para a adequada limpeza das ruas;
 - Instalar infraestrutura de apoio simples, durável e eficaz;
 - Implementar a separação do lixo resultante da varredura, depositando os resíduos correspondentes nos ecopontos e articulação com a Agere para a recolha do restante, incluindo os lixos orgânicos para compostagem;
- Modernizar as ETAR's para acabar com os maus cheiros e melhorar a sua eficiência ambiental;
- Erradicar práticas poluentes por parte da autarquia e juntas de freguesia, substituindo-os por alternativas inócuas para o ambiente, fazendo campanhas de sensibilização para o seu impacto no ambiente e na saúde;
- Desenvolver urgentemente as políticas de adaptação às alterações climáticas e sua implementação no terreno, invertendo as ações irresponsáveis que se têm vindo a verificar em Braga:
 - Arborização da cidade com espécies adequadas, de modo a criar sombra no verão e reduzir a temperatura nas superfícies;
 - Selecionar criteriosamente os materiais elegíveis para pavimentos e fachadas, tendo em conta o seu comportamento perante a temperatura e a água;
 - Promover a adopção de isolamento térmico nas remodelações, de modo a reduzir as necessidades energéticas de arrefecimento ou de aquecimento;

- Promover a adopção de soluções solares passivas na construção;
- Criar a obrigação de adopção de coberturas ajardinadas em novos edificios, dentro das limitações técnicas pertinentes;
- Promover a adopção de coberturas ajardinadas em obras de remodelação de coberturas existentes, via incentivos no IMI;
- Criar políticas para aumento da área de solo permeável na cidade;
- Articular com os proprietários rurais e florestais do concelho, promovendo uma floresta rica e diversa, de modo a criar sustentabilidade integrada, reduzindo o risco de fogos florestais, criando valor a prazo, defendendo as nascentes e linhas de água;
- Planear e criar uma rede de parques da natureza em redor da cidade, iniciando com o Parque da Natureza das Sete Fontes;
- Atacar o problema de cheias relâmpago na cidade, através de manutenção periódica programada, intervenções pontuais e adopção de disposições camarárias com o objectivo de reduzir a impermeabilização dos solos e coeficientes de escoamento das águas pluviais, retirando o pico de esforço que as infraestruturas existentes não suportam;
- Criação de uma rede de rega municipal, com aproveitamento e tratamento de águas residuais pluviais para o efeito e deixando de utilizar água potável que é mais cara e ambientalmente irresponsável face às alterações climáticas em curso;
- Determinar a origem dos focos de poluição dos cursos de água de Braga e tomar medidas para o seu fim;
- Elaboração de um programa racional para a recuperação do leito de cheia do Rio Este e seus afluentes, bem como outros cursos de água do concelho de Braga;
- Aproximação da cidade ao Rio Cávado em termos de políticas ambientais para, em conjunto com os outros concelhos adjacentes, defender a principal fonte regional de água e colocar o seu potencial energético ao serviço das populações;

3. ECONOMIA

Enquanto área do conhecimento, é a ciência que estuda como organizar os recursos escassos da sociedade para gerar maior prosperidade para os seus membros. Acreditamos que podemos construir um modelo económico renovado que consiga dar uma melhor resposta às aspirações dos cidadãos e aos desafios da nossa sociedade, através da liberdade de mercado ao serviço do bem da sociedade, sendo o papel da Câmara Municipal o de promover a inclusão social e garantir a provisão de bens públicos em áreas nas quais os mercados falham na geração de ganhos sociais.

Como principal motor económico do Concelho, a Câmara Municipal é um eixo pivotante fulcral à prosperidade da sociedade local, pelo que é imprescindível a boa gestão das contas públicas. No entanto, é como geradora de sinergias, como ponte entre as empresas, os cidadãos e o interesse comum, que tem o seu principal papel.

Propomos:

- Consolidação das contas públicas e redução da dívida via a contenção da despesa, adoptando critérios exigentes, em termos de interesse público, para a sua elegibilidade;
- Adoptar políticas para maior retenção da despesa pública e privada na economia do concelho:
 - Executar o investimento de forma criteriosa, privilegiando os maiores rácios entre o retorno e a despesa;
 - Dispensar intermediários desnecessários, reduzindo custos e aumentando o investimento;
 - Promover, junto das empresas distribuidoras, a agricultura local para abastecimento das necessidades do concelho e para exportação, promovendo a formação profissional, a incubação de empresas agrícolas, o acompanhamento técnico das produções e a distribuição directa dos produtos nos mercados municipais e outros, com ênfase na agricultura biológica;
 - Investir em eficiência e geração energética no concelho, dando o exemplo com os equipamentos e edifícios municipais, privilegiando a economia local, reduzindo os custos operacionais e contribuindo para o combate ao aquecimento global;
 - Elaborar um plano racional de manutenção dos equipamentos municipais, com provisão da correspondente despesa nos orçamentos da autarquia.
- Cadastrar as associações activas e avaliação dos apoios municipais em curso, eliminando aqueles que se demonstrem indevidos;
- Zelar pelo sucesso das empresas municipais como veículo para a economia familiar dos bracarenses, de modo a aumentar a sua qualidade de vida e poder de compra;
- Dar resposta às necessidades dos empresários, tornando o concelho mais atractivo e aumentando a captação de investimento, de preferência por actividades de maior valor acrescentado:
 - Executar auditorias aos serviços camarários de apoio às empresas, agricultura, florestas e outras áreas pertinentes, para aferir a necessidade de intervenção para melhor eficiência;
 - Renovar os parques industriais e empresariais, dando condições de trabalho e mobilidade às empresas que lá laboram e às vindouras;
 - Apoiar a recuperação da pequena e média indústria bracarense, via agilização das burocracias camarárias, articulação com a formação profissional dos trabalhadores necessários, recuperação de marcas históricas há muito desaparecidas;
 - Rejeição da aposta em grandes superfícies comerciais, apostando no comércio local, com horário adequado ao dos serviços.

- Promover o turismo sustentável no concelho, enquadrado com toda a região, capitalizando e evidenciando a diversidade de propostas que Braga dispõe e que estão por explorar, sem esquecer os direitos laborais dos trabalhadores e o direito ao descanso dos moradores:
 - Renovar as entradas da cidade, dando-lhes a dignidade que a apresentação da cidade exige e merece;
 - Investir no Parque de Campismo de Braga, tornando-o um local de excelência de modo a captar mais turistas;
 - Resolver a questão da nova Pousada da Juventude;
 - Investir nas acessibilidades e na comunicação multilinguística de todos os pontos de interação com visitantes da cidade;
 - Regulamentar a operação de empresas turísticas na cidade, de modo a preservar o bem estar da população da cidade, nomeadamente no centro histórico.
- Expandir o programa municipal de reabilitação urbana, integrando as políticas de mobilidade, adaptação às alterações climáticas, e acessibilidades, em conjunto com todas as Juntas de Freguesia e outras entidades pertinentes.

4. CULTURA

A cultura deve tornar-se parte da vida e do quotidiano de toda a sociedade, via a preservação do património material e imaterial existente, a organização de eventos que promovam a cultura, que valorizem o concelho e que, fundamental, promovam a criação de nova cultura. Também importante, pode ser fonte de enorme retorno financeiro, via todos as suas consequências indirectas, mas também via a atração de visitantes.

Propomos:

- Promover programas culturais (poesia, literatura, pintura, fotografia, música, arte de rua) para todas as idades, em articulação com as associações pertinentes, escolas e equipamentos municipais:
 - Workshops;
 - Concursos;
 - Exposições.
- Promover a criação no Shopping Santa Cruz de um centro cultural e artístico, com alugueres low cost para bandas e artistas, à semelhança do concretizado no Centro Comercial Stop, no Porto;
- Negociar com os proprietários do Cinema S. Geraldo e do Edifício Pé Alado uma solução de longo prazo para o edificado, que contenha a exploração cultural do Cinema S. Geraldo, em articulação com o departamento cultural da CMB, concessionada via concurso público ao projecto mais dinamizador e culturalmente valioso, por períodos de tempo definidos;
- Cadastrar e classificar todos os edifícios de interesse público do concelho, incluindo o seu estado de conservação, de modo a permitir o acompanhamento e promoção da conservação deste património;

- Encontrar uma solução que proteja o Palácio da Dona Chica, em Palmeira, presentemente em acentuada degradação;
- Dedicar o evento “Noite Branca” à génese cultural, apostando em talentos locais e em trabalhos comissionados com a devida antecedência;
- Privilegiar a contratação de artistas locais nas celebrações da cidade;
- Designação de locais dedicados a arte de rua, disseminados pela cidade, que se poderão tornar pólos criativos urbanos;
- Atribuir à Fábrica Confiança o papel de galeria de exposições de Braga, com dignidade e capacidade para apresentar as maiores e melhores exposições nacionais e internacionais.

5. DESPORTO

A actividade física, a saúde e a qualidade de vida estão intimamente interligadas.

Não existe qualquer dúvida quanto ao facto de o sedentarismo ser um factor de risco para o desenvolvimento de muitas doenças crónicas, incluindo doenças cardiovasculares, que são uma das principais causas de morte no mundo ocidental.

Além disso, uma vida activa proporciona muitos outros benefícios sociais e psicológicos.

Propomos:

- Criar um complexo de lazer e desporto aberto à população, de administração única, formado pelo Estádio 1.o de Maio, Pavilhão Flávio Sá Leite, Parque de S. João da Ponte, Estufa Municipal (a reabilitar) e Piscinas da Ponte;
- Reabilitar faseadamente o Estádio 1.º de Maio, dedicando-o ao Atletismo e à promoção do desporto:
 - Reabilitação estrutural;
 - Reabilitação de infraestruturas e equipamentos;
 - Execução de cobertura ligeira (tela tensionada), para Braga ter uma pista coberta de atletismo.
- Reabilitar os ringues da cidade, conferindo-lhes características modernas de segurança, funcionalidade e acessibilidade a pessoas de mobilidade condicionada.
- Criação de um programa municipal inclusivo de prática de exercício físico, que coordenará com as instituições da cidade a instituição e execução de actividades regulares de prática de exercício físico;
- Promoção da deslocação pedonal e de outros modos suaves, no dia a dia da população, como combate ao sedentarismo.

6. ACÇÃO SOCIAL, FORMATIVA E EDUCATIVA

A formação e a educação são essenciais:

- **Para fortalecer a cultura e os valores de uma cidadania democrática;**
- **Para promover e assegurar o progresso, a mobilidade, a integração e a coesão social;**

- Para a renovação, criação e mudança cultural.

As câmaras municipais, cada vez mais, assumem mais responsabilidades na educação, nomeadamente no período extra horário lectivo, na componente de apoio à família, na contratação do pessoal não docente, na manutenção das escolas. Não podem defraudar as expectativas do cidadão, no que diz respeito a assegurar que tudo faz para, pela sua parte, assegurar que os mais jovens iniciam as suas vidas com o entusiasmo de um mundo de possibilidades à sua frente.

A acção social é preponderante para mitigar as dificuldades que os cidadãos mais carenciados não conseguem ultrapassar por si só. Em coordenação com os outros organismos responsáveis, é preciso uma política de apoio social estruturante e edificante, inclusiva e participativa, que se dirija à origem dos problemas sócio-económicos que, já no fim do primeiro quartel do século XXI, persistem.

Propomos:

- Abraçar com entusiasmo as competências municipais na educação, adoptando as políticas necessárias para tornar Braga na cidade de referência, de modo a que os primeiros anos de contacto da criança com o mundo escolar sejam de apaixonada formação para a vida e para a cidadania:
 - Rejeitar totalmente o modelo de Contrato Emprego Inserção para o suprimento de auxiliares nas escolas e restante município, adoptando uma cultura ética de contratação de funcionários dedicados e vocacionados para acompanhar o nosso bem mais precioso, as nossas crianças, no seu percurso escolar;
 - Suprir cabalmente as necessidades logísticas das escolas sob responsabilidade da Câmara Municipal, bem como a necessária manutenção dos equipamentos e imóveis;
 - Melhoria da qualidade e variedade das refeições escolares, abolindo das ementas os alimentos negativamente avaliados em estudos científicos, introduzindo alternativas saudáveis de origem local ou regional e opção de prato vegetariano;
 - Programa municipal de policiamento e fiscalização da área envolvente das escolas, combatendo o caos que se gera diariamente quando da entrega e recolha das crianças pelos pais;
 - Definição de programa escolar criterioso para o período escolar adicional às horas curriculares, sob alçada da Câmara Municipal, nomeadamente a Componente de Apoio à Família, contemplando actividade física, educação para a cidadania, formação em economia doméstica;
 - Auditoria dos custos da CAF no concelho, procurando soluções de harmonização;
 - Criar um programa de bolsa de estudo/formação para jovens e adultos, com apoio das empresas da cidade, por protocolo com as entidades formadoras existentes no concelho, integrando a formação cívica e escolar;
 - Colaborar com as necessidades de ensino especial;
 - Execução de auditoria às escolas sob responsabilidade da autarquia, de modo a identificar e programar a resposta urgente às necessidades das mesmas, de acordo com os regulamentos actuais.
- Intervir na origem dos diversos problemas de carência social e revisão dos mecanismos o seu tratamento:

- Fim da BragaHabit e do Gabinete de Inserção Profissional da Câmara Municipal, passando as suas competências para as Juntas de Freguesia, com a criação de gabinetes de acompanhamento e inserção social e de gestão e manutenção das habitações sociais;
- Repensar o modelo de habitação social em Braga, em linha com os estudos científicos desta área e com as atuais exigências regulamentares;
- Criação, em colaboração com organizações não governamentais, de um programa de melhoria de carências habitacionais para pessoas vulneráveis e sem recursos, nomeadamente ao nível da estabilidade, abastecimento de água, saneamento, eficiência térmica e da qualidade do ar interior de modo a, com o mínimo investimento, melhorar a qualidade de vida e condições de habitabilidade para pessoas carenciadas, distinguindo entre as situações de casa própria e de casa alugada;
- Reforço dos serviços de apoio à vítima de violência doméstica.